



ATA Nº 11

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 17 DE MAIO DE 2023

PRESIDÊNCIA: Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira. -----

VEREADORES PRESENTES: Marco Aurélio Pamplona Meneses, em substituição de Paula Cristina Borges de Sousa, Ricky Joe Baptista, Otília Maria de Sousa Martins, Berto José Branco Messias, Marco Euclides Lemos Martins e Pedro Jorge Mendes Machado, em substituição de Isménia Carvalho Landeiro Alves. -----

FALTAS JUSTIFICADAS: Paula Cristina Borges de Sousa e Isménia Carvalho Landeiro Alves.-----

HORA DE ABERTURA: 14H00M -----

----- Aos dezassete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, na Academia de Juventude e das Artes da Ilha Terceira, desta Cidade, reuniu a Câmara Municipal da Praia da Vitória, sob a Presidência de Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira, estando presentes os Vereadores Marco Aurélio Pamplona Meneses, em substituição de Paula Cristina Borges de Sousa, Ricky Joe Baptista, Otília Maria de Sousa Martins, Berto José Branco Messias, Marco Euclides Lemos Martins e Pedro Jorge Mendes Machado, em substituição de Isménia Carvalho Landeiro Alves.-----

----- A reunião foi secretariada por Maria da Conceição Leal de Lima, Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica. -----

----- E sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver “quórum” para o funcionamento do Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima senhora Presidente declarou aberta a reunião.-----

----- De seguida o Executivo deliberou, por votação secreta, considerar justificadas as faltas de comparência à reunião. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- Ao dar início aos trabalhos a senhora Presidente deu a palavra aos Vereadores para eventuais intervenções.-----



----- O Vereador Berto Messias interveio dizendo que, conforme constataram, as atas das reuniões de Câmara continuam a ser publicadas, no sítio do Município, em minuta, tendo questionado qual a perspectiva de as mesmas serem publicadas na íntegra, tal como vinha a acontecer até ser suspensa a sua publicação. -----

----- Sobre esta questão, o senhor Vice-Presidente respondeu que este é um processo longo, e que estão a analisar as atas, as quais contêm muita informação que tem de ser retirada, o que torna o processo moroso, pelo que é difícil apontar uma previsão para a sua conclusão, contudo, é um projeto que está em curso, mas que vai levar algum tempo. -----

----- O Vereador Berto Messias referiu que não percebe em que medida é necessário mexer em muita informação e lembrou que estão a falar da ata que espelha o que se discute em reunião de câmara e, admitindo que, nas propostas e no início da discussão de cada ata, possam estar dados pessoais que tenham de ser truncados, mas são dados que têm a ver com questões pessoais, de pessoas, e não de entidades que recebem apoios públicos. -----

----- Salientou, ainda, que há uma contradição de fundo nessa decisão e recordou que uma das reuniões de câmara é pública, não fazendo sentido truncar atas de reuniões públicas, porque, caso assim fosse, tinha de se impedir a presença dos cidadãos nas reuniões públicas, pelo que deixava esta nota, insistindo que lhe parece fundamental que, a metodologia adotada na publicação das atas, seja a mesma que era adotada até à sua suspensão, porque é uma contradição insanável, que não existe em mais lado nenhum, que não se queira publicar, na íntegra, atas de reuniões públicas e, portanto, apela a que isso seja resolvido rapidamente, sob pena de acharem que está em causa a transparência da discussão dos assuntos na reunião de Câmara. -----

----- Relativamente a esta situação, a senhora Presidente disse que foi enviado aos senhores Vereadores, para conhecimento, o parecer da responsável pela proteção de dados do Município, com a explicação no que diz respeito às questões que já teriam sido colocadas em relação a esta matéria. -----

----- Prosseguiu dizendo que, a preocupação do Executivo é no sentido de expurgar, efetivamente, os dados que não podem constar e ser tornados públicos e não, de maneira nenhuma, barrar o acesso à informação sobre o que se trata em cada uma das reuniões e que este é um procedimento que está a ser tido em atenção, e que é demorado, considerando que tem de se fazer a introdução de todas estas atas no sistema, o que leva algum tempo, mas, no entanto, o que é certo e já foi aqui referido, é que o assunto está a ser tratado, entendendo-se que, em breve, o poderão fazer e que, obviamente, não conseguirão fazer a reposição de todas as atas aos mesmo tempo, mas desde o momento em que tiverem o serviço efetuado e que possam ser disponibilizadas no sítio do Município, assim será feito. -----

----- Concluiu referindo que não há, da parte do Executivo, qualquer intenção de não fazer chegar esta informação, sendo que já se enviou a justificação, mediante a encarregada que tem legitimidade para orientar o Executivo sobre o tratamento desta documentação. -----



----- No que se refere às reuniões públicas, disse que, independentemente de serem públicas, porque legalmente tem de haver alguma reunião pública e, por isso, uma das reuniões quinzenais é, obviamente, pública, mas também não é por isso que os dados não têm de ser tratados de forma adequada e, portanto, se as reuniões são públicas e se, porventura, nunca tiveram público, não é por isso que o tratamento dos dados não tem de ser feito com a mesma atenção e, assim sendo, nada indica que o Executivo está a fazer propositadamente para deixar de dar o acesso a esta informação. -----

----- Terminou dizendo que, é um trabalho que, embora possa parecer simples, não é tão simples quanto isso e o departamento com esta competência está a trabalhar nesta matéria. -----

----- O Vereador Berto Messias agradeceu as explicações e disse que queria acreditar nas mesmas, mas que, se passasse muito mais tempo, ficaria mais difícil, e que o parecer vai no sentido de se garantir a publicação das atas, expurgando os dados pessoais. -----

----- Continuou dizendo que, se bem se recorda, nas atas que acompanha desde que tomaram posse, e está a falar das atas, e não das propostas aqui apresentadas que têm referências a dados pessoais concretos, não se lembra de atas que impliquem um trabalho assim tão profundo e complexo de truncagem de dados e, portanto, aguardarão serenamente, acreditando no que a senhora Presidente diz, mas se passar muito mais tempo, fica difícil de acreditar, porque esta situação já tem algum tempo, mas continuarão a aguardar serenamente.-----

----- Seguidamente, o Vereador Berto Messias abordou a questão relativa ao processo do Fundo de Apoio Municipal – FAM – em que, há mais de um mês, solicitaram aqui esclarecimentos e a senhora Presidente referiu que já tinha fornecido, ao mesmo, as linhas orientadoras do que pretendia e que, na altura, solicitaram essas linhas orientadoras, mas nunca obtiveram resposta da parte da senhora Presidente, nem receberam qualquer documento e questionou o ponto de situação do processo com o FAM.- -----

----- Questionou, também, sobre o ponto de situação relativamente aos procedimentos adotados com os funcionários que aceitaram a rescisão por mútuo acordo, designadamente, qual o número de funcionários envolvidos, quais os que receberam indemnização e quais os que têm acesso ao fundo de desemprego. -----

----- Sobre o ponto de situação do Fundo de Apoio Municipal, a senhora Presidente respondeu que, os contactos com o Dr. Miguel Almeida, que é o Presidente do Fundo de Apoio Municipal, já foram alguns e que, nesse sentido, houve o encaminhamento de um plano prévio para análise e uma primeira avaliação, e que acabou por apresentar, aqui, essa posição do Executivo e que, portanto, a abordagem foi feita e isso nunca o omitiram, mas, no entanto e para que pudesse, efetivamente, validar essa proposta, eram necessários todos os dados relativos ao fecho de contas de dois mil e vinte e dois, os quais já foram validados em reunião de Câmara e da Assembleia Municipal e, nesse sentido, a equipa de reestruturação trabalhou todos estes dados para que pudessem ser encaminhados para o FAM, com os dados reais, ou seja, o último fecho de contas.-----



----- Referiu, também, que, conforme deve ser do conhecimento dos senhores Vereadores, houve uma alteração à lei e que alterou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e que o Dr. Miguel Almeida chamou à atenção de que não seria validado enquanto não houvesse esta alteração, a qual já foi proposta e aceite, tendo sido apresentada a onze de maio de dois mil e vinte e três, sendo que, neste momento, já está aprovada e, assim sendo, têm todas as condições para avançar e no âmbito do último contacto que fez com a equipa de reestruturação, estão a ser validados todos os dados junto da DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais, para que o processo possa decorrer sem nada em falta. -----

----- Informou, ainda, que, o último investimento que estão a fazer, é junto de uma entidade bancária, no sentido de poderem alterar um empréstimo feito pela Praia Ambiente, para adquirir três imóveis, dos quais já falaram por diversas vezes e, nesse sentido, era importante para o Município poder, de alguma forma, libertar estes valores à Praia Ambiente, uma vez que são prédios que foram adquiridos na tentativa de fazer uma transação financeira, mas que, neste momento, não revertem, absolutamente em nada, para a Praia Ambiente. -----

----- Continuou dizendo que, mediante a negociação que estão a tentar fazer, a intenção é passar este valor para a esfera municipal, no sentido de aliviar a própria Praia Ambiente e, portanto, são pequenos reajustes que estão a fazer, desde a legalização de bens que estavam, e ainda estão, registados na Praia em Movimento e na Sociedade. -----

----- Em suma, disse que tem sido um processo com demasiada burocracia e que, por mais que queiram dizer que é simples e que está tratado, não tem sido, face ao que encontraram, porque é um processo complicado, um processo que teria sido deliberado, mas em que, à chegada deste Executivo, pouco ou nada tenha sido trabalhado, pelo que se deparam com demasiados entraves, mas, pelas últimas informações que cruzaram com a equipa de reestruturação e as tomadas de conhecimento do FAM, tudo está a ser delineado dentro da normalidade e, assim sendo, fizeram uma pausa para perceber a posição que iria ser tomada pela Assembleia da República, sendo que, neste momento, acreditam que têm tudo em ordem, mediante a validação da DGAL e que o processo segue.-- -----

----- Mais referiu que, desde o momento em que o processo possa seguir, este terá que, obviamente, ser submetido a reunião de Câmara e, posteriormente, encaminhado para a Assembleia Municipal e que, assim sendo e desde o momento em que tiver o *dossier* organizado, não existe razão para não contactar os senhores Vereadores e dar a conhecer o processo.-----

----- Disse, ainda, que são demasiados os entraves que têm aparecido e que o processo nunca está completo como deveria, face a estes pequenos entraves que têm de ser avaliados juridicamente e que, financeiramente, são várias as negociações que, neste momento, estão a tentar fazer, sempre para se poder fazer avançar o processo, mas principalmente para dar margem ao Executivo para poder trabalhar. -----

----- Relativamente aos despedimentos dos funcionários, e ao processo de mútuo acordo, respondeu que, inicialmente, havia trinta pessoas que pretendiam aderir ao mútuo acordo, mas que, até à data da assinatura, houve uma desistência e que, portanto e efetivamente, foram vinte e nove, os que aceitaram aderir a esta primeira oferta e,



nesse sentido e conforme informação que dispõe, relativamente a todos os que já foram contactados, apenas estão a aguardar assinatura, os processos referentes às pessoas que se encontram de licença sem vencimento.-----

----- Continuou dizendo que, todos os funcionários que estavam em situação laboral com o município, já assinaram, e que, no ato da assinatura, lhes foi efetivada a transferência com o pagamento do valor da indemnização e conferido pelos próprios, na presença dos elementos, quer da Cooperativa, quer do advogado. -----

----- Acrescentou que, todos os funcionários foram indemnizados no próprio dia, faltando apenas dois funcionários, que estão de licença sem vencimento. -----

----- Terminou dizendo que, o processo está, basicamente, concluído, e que apenas um dos funcionários desistiu do mútuo acordo e que tudo isso tem sido tratado na presença do advogado. -----

----- O Vereador Berto Messias interveio dizendo que, relativamente à primeira questão, a senhora Presidente não lhe respondeu, falou dos procedimentos que estão em curso, do trabalho que está a ser feito, mas não diria que isto está em total normalidade, porque a senhora Presidente não deu as linhas orientadoras do que mandou ao FAM, tal como solicitaram há mais de um mês e como a senhora Presidente lhes disse que entregaria e que, além disso, vê agora que, além das tais linhas orientadoras, há um plano prévio que já foi entregue ao FAM e, assim sendo, pede à Senhora Presidente, formalmente e enquanto Vereador, que lhes faça chegar, quer as linhas orientadoras que foram remetidas ao FAM, quer este plano prévio entregue ao FAM, porque, independentemente de todas as questões procedimentais e que estão a ser normalmente desenvolvidas, a verdade é que os Vereadores da oposição continuam sem ter qualquer informação e documentação, relativamente a esta matéria, o que não lhes parece correto, nem avisado e que, tendo em conta alguns precedentes, não parece ser um bom indicador.-----

----- Terminou reiterando o pedido de que lhes sejam remetidas, quer as linhas orientadoras que foram enviadas, por escrito, ao FAM, quer o plano prévio que, segundo a informação da senhora Presidente, foi também remetido ao FAM. -----

----- Relativamente às questões do mútuo acordo, referiu que gostaria de perceber o que é que se passa com as pessoas que ainda não assinaram, por estarem de licença sem vencimento, ou seja, quantas são e o que é que se passa em concreto, tendo em conta que umas pessoas já assinaram e outras não.-----

----- Sobre esta última questão, a senhora Presidente respondeu que, estes dois últimos processos carecem de uma validação, e de uma avaliação jurídica, diferenciada, porque são duas funcionárias que teriam assumido contratos com outras entidades, ou seja, estariam de licença sem vencimento mas com vinculação a outras entidades, pelo que, neste caso, necessitam de uma validação para fazer o recálculo indemnizatório que já teria sido feito, mas que é necessário para se perceber se há algum tipo de erro ou não, mas também havia a necessidade de fazer a desvinculação de todos os elementos que estavam, primeiramente, com vinculação à Cooperativa Praia Cultural e que, face a essa situação, deixou-se as licenças sem vencimento para o final, uma vez que não seriam uma sobrecarga para a Cooperativa Praia Cultural e, portanto, trata-se, unicamente, de procedimentos que têm de ser validados juridicamente, para que esteja



tudo correto, referindo acreditar que, durante a última semana, conseguirão fazer a assinatura de todos os outros processos e que, no decorrer da próxima semana, estas poderão, também, estar avaliadas e que o advogado dará a indicação de que estão disponíveis para assinatura.-----

----- Por fim, esclareceu que, inicialmente, falou em três licenças sem vencimento, mas que, no todo, eram quatro licenças sem vencimento, sendo que estas duas se prendiam com a assinatura de contratos com outras entidades. -----

----- O Vereador Berto Messias questionou se, os outros dois funcionários, não tinham contratos com outras entidades e daí terem assinado o mútuo acordo. -----

----- A senhora Presidente respondeu que, esses dois casos não careciam de avaliação, nem de validação jurídica, para que não houvesse nenhuma contrariedade e principalmente a preocupação também era de que os cálculos estivessem feitos dentro do que inicialmente tinha sido feito para todos com a mesma modalidade. -----

----- Prosseguiu dizendo que era necessário perceber se, desde o momento em que houve uma vinculação, isso obrigava a fazer o recálculo e se os direitos estão todos assegurados, sendo a intenção cumprir, na íntegra, o que está previsto e não prejudicar, de forma absolutamente nenhuma, quem quer que seja e, portanto e desde o momento em que vão conseguindo libertar e todas as justificações referentes aos processos estão terminadas, os funcionários vão ser chamados para a assinatura e para receberem a respetiva indemnização. -----

----- Ainda sobre esta questão, o Vereador Berto Messias perguntou porque motivo os outros dois contratos não necessitaram validação, ou seja, de onde vem essa lógica de validação e em que é que se baseia. -----

----- A senhora Presidente respondeu que, o senhor Vereador Berto Messias questionou se esses dois funcionários estavam vinculados a alguma entidade, sendo a resposta que não estão vinculados a nenhuma entidade, mas como a senhora Presidente da Direção da Cooperativa não está presente, não pode precisar os pormenores dos quatro casos, mas sabe que estes dois se prendem com assinaturas de contratos que obrigam a fazer a revisão, e que, desde o momento que seja validada a assinatura do contrato, se pode, a partir daí e até então, fazer o cálculo indemnizatório, como foi feito com todos até à data de trinta de março, ou se se deverá ter em conta a situação da assinatura, concluindo que essa situação ficou de ser verificada com o advogado, sendo por esse facto que estas duas pessoas ainda não foram chamadas para assinar. -----

----- Referiu, ainda, que, conforme já havia dito, iniciaram todos os procedimentos com os que tinham vinculação à Cooperativa Praia Cultural e, sobre a questão de saber como estariam os processos de vinculação ao subsídio de desemprego, disse que, toda a documentação que os funcionários careciam para poderem aderir ao subsídio de desemprego, foi preparada e entregue para que pudessem dar seguimento, tendo conhecimento de que muitos já assinaram o mútuo acordo e que já teriam uma relação laboral com outras entidades e que nem passarão pelo subsídio de desemprego e que, apesar de não saber precisar o número, foram várias as situações que aconteceram nesse sentido, o que era bom sinal, mas, porém, não podia dizer o número de quantos ficaram com vinculação ao subsídio de desemprego, e que, sendo algo que também podem tentar apurar, a verdade é que as pessoas têm legitimidade para, com o valor da sua



indemnização, fazerem escolhas e vincularem-se a outras entidades, sendo assim que o processo está a decorrer. -----

----- O Vereador Berto Messias perguntou se a senhora Presidente já sabe o *timing* para a validação dos processos dessas pessoas que estão de licença sem vencimento e que ainda não têm o seu processo validado, tendo a senhora Presidente respondido que, o que foi pedido ao advogado, foi que, até à próxima semana, estes dois processos pudessem ser trabalhados pelo mesmo, para se encerrar esta situação, porque também percebem que, depois de, praticamente todos, já terem assinado, era importante, também para o município, fechar este processo e, nesse sentido e desde o momento em que o advogado tiver a situação validada, as pessoas serão contactadas exatamente como fizeram com todos os outros, para que pudessem assinar e receber a respetiva indemnização. -----

----- De seguida, o Vereador Berto Messias questionou se a Câmara Municipal fez, recentemente, algum protocolo com um ginásio do concelho, ao que a senhora Presidente respondeu que não foi feito qualquer tipo de protocolo, mas que receberam uma proposta de um ginásio do concelho, a qual foi avaliada, mas não validada, pelo Executivo. -----

----- O senhor Vice-Presidente confirmou que receberam uma proposta, mas que não há nada contratualizado com qualquer entidade privada. -----

----- O Vereador Berto Messias perguntou se a Cooperativa Praia Cultural fez, recentemente, algum protocolo com algum ginásio do concelho, tendo a senhora Presidente respondido que, quando se referiu à falta de validação da proposta pelo Executivo, era no sentido de que não foi validada, nem pela Cooperativa, nem pelo Município. -----

----- O Vereador Berto Messias, disse que, então e resumindo, nem a Câmara Municipal, nem a Cooperativa Praia Cultural, fizeram, recentemente, qualquer protocolo com um ginásio do concelho, tendo a senhora Presidente confirmado que não.

----- Relativamente às Festas da Praia, o Vereador Berto Messias disse que a senhora Presidente anunciou que iria abrir concurso para o espaço dos concertos, pelo que questionou se o mesmo foi aberto, se já decorreu e terminou, e quem ganhou, ou seja, qual era o ponto de situação deste assunto e como estava a decorrer a organização das festas. -----

----- Relativamente a esta questão, a senhora Presidente respondeu que tinha sido aberto concurso para a zona musical, ou seja, a conhecida “dreamzone”, e que, à semelhança do ano passado, propuseram a concessão total, para se libertarem de alguma responsabilidade e de custos acrescidos para o Município, porque entendiam que não havia condições financeiras para investirem nessa área. -----

----- Continuou dizendo que, este ano, e à semelhança do anterior, apresentaram o caderno de encargos que esteve a concurso, tendo concorrido duas entidades, sendo que uma delas apresentou uma proposta abaixo do valor do caderno de encargos, o que, por si só, demonstrava alguma incongruência, porque desde o momento que apresentam o caderno de encargos, com uma tomada de posição sobre o que se pretende e o



concorrente apresenta uma proposta abaixo desse valor, isso não parece que seja o mais viável para a Câmara e, assim sendo, houve uma única proposta a assumir o caderno de encargos na íntegra, cumprindo as condições solicitadas e é nesse sentido que está a ser preparada toda a documentação para que possa ser assinada a contratualização da “dreamzone”, sendo que, este ano, foi uma empresa local quem apresentou uma proposta bastante credível, e que poderá ser uma boa apresentação e o início de uma modalidade diferenciada, face a uma ilha como a nossa, mostrando que existem empresários locais com condições para colaborarem com as festas do Município. -----

----- Continuou dizendo que, ainda não têm o cartaz fechado na totalidade, mas podia informar que, na próxima sexta-feira, farão a apresentação do cartaz das Festas da Praia, não apresentando ainda o cartaz musical, o que pretendem fazer um pouco mais à frente.-----

----- Continuou dizendo que, dentro da organização do Município, vão tentar que estas Festas não deixem de ter nenhum momento que já era considerado pelo público, por quem nos visita e tem as Festas da Praia como uma referência e, por isso, entenderam ser importante manter a mesma linha, porque têm noção que as Festas da Praia são conhecidas por isso, e não pretendem, de forma absolutamente nenhuma, deixar de evidenciar, e de manter, o que de bom foi feito até aqui e, nesse sentido, disse que já estão a trabalhar nos cortejos, com a respetiva coordenadora e com o pessoal do Município, e que houve algum investimento do Município no sentido de melhorar o espaço alterado o ano passado, que foi a Zona Verde, entendendo que ficou como boa referência, de um espaço alterado no sentido de beneficiar a população, e que o sinal que receberam, o ano passado, foi muito positivo e, assim sendo, entenderam que, este ano, poderiam melhorar ainda mais aquela zona, também para poder dar capacidade a mais instituições e empresas que queiram dinamizar espaços na própria Zona Verde e, portanto, já houve alguns reajustes nessa zona, para a melhorar, dentro das dinâmicas geradas o ano passado e que se pretende manter exatamente nos mesmos moldes.-----

----- Disse, ainda, que, face há necessidade de diminuir alguns custos, poderão não ter o palco da Marina, mas entendem que, com as dinâmicas que serão distribuídas pela cidade, a zona da gastronomia terá exatamente o mesmo modelo e que já está tudo fechado, com a colaboração da Escola Profissional, como tem sido anteriormente, e a Feira do Artesanato também e, portanto, vai manter-se tudo dentro do que tem sido o modelo inicial, dando primazia a grupos locais e da ilha, pretendendo-se envolver o concelho mas, também, com abertura à ilha, por se entender que é importante terem essa atenção, como tiveram no ano passado e, este ano, voltarão a ter.-----

----- No que se refere à tourada, informou que está a ser organizada pela Tertúlia Tauromáquica Praiense e que, portanto, é um momento que, da parte do Executivo, também está orientado.-----

----- Concluiu dizendo que, tudo indica que têm as Festas da Praia organizadas, com cada setor a trabalhar dentro das suas responsabilidades, para, quando chegar a data de eleição, que, este ano, não será no primeiro dia de agosto, mas sim de quatro a treze de agosto, fazer acontecer as festas da Praia.-----

----- O Vereador Berto Messias perguntou se a empresa local é da Praia da Vitória, tendo a senhora Presidente respondido que não é da Praia da Vitória, e que tem sede em



Angra do Heroísmo, e que se denomina “Excellencevanguard”, e que, a outra empresa que também apresentou proposta, era a “Ninemedial Company”.

----- Relativamente à questão da tourada, o Vereador Berto Messias disse que a senhora Presidente fez concurso para os concertos, mas optou por não fazer concurso na tourada.

----- Sobre essa questão, a senhora Presidente respondeu que não houve nenhum tipo de concurso para a tourada, até porque, o protocolo feito com a Tertúlia, resultou de uma escolha que entenderam fazer, face ao sucesso da corrida do ano passado e à forma como todas as coisas foram tratadas e encaminhadas, entenderam que deveriam ter a Tertúlia como parceira, à semelhança do que também faz o Município vizinho e de forma a legitimá-los para organizarem esse evento e libertando, também, o Município, de algumas preocupações e, nesse sentido, procedeu-se à contratualização, entre a Cooperativa Praia Cultural e a Tertúlia, sendo que, obviamente, estas situações têm os seus “timings” para ser tratadas, o que já vem sendo trabalhado há muito tempo e que, a única coisa que pediram e que contratualizaram com a Tertúlia, foi que, exatamente à semelhança do ano anterior, elevassem, ao máximo, tudo o que é local e, portanto, é nesse sentido que a Tertúlia está a trabalhar, estando o Executivo a fazer o acompanhamento de longe, na medida em que deram autonomia para poderem trabalhar esta matéria e concluiu dizendo que, face às considerações iniciais do Executivo, no sentido de valorizarem sempre o que é nosso, esse compromisso foi assumido por parte da Tertúlia, como já aconteceu no ano passado, e, considerando a forma como a situação foi gerida, tendo corrido bem, entenderam que o deveriam fazer novamente.

----- O Vereador Berto Messias perguntou se, então, a Câmara Municipal contratualizou com a Tertúlia a organização da corrida das Festas da Praia, durante quanto tempo e quando é que fizeram esta contratualização.

----- A senhora Presidente respondeu que não pode precisar as datas, mas que a corrida do ano passado foi em agosto e que, posteriormente, fez-se o balanço da situação com a Tertúlia, sendo que, provavelmente, isso aconteceu logo no início do ano, ou mesmo no termo do ano anterior, mas, no entanto, terá de precisar a data em concreto e apresentará essa informação na próxima reunião de Câmara, mas isso aconteceu face ao balanço positivo de toda a atividade do ano passado.

----- Informou, ainda, que, posteriormente a isso e mais recentemente, receberam, na Câmara, a nova Associação, que supostamente é gerida pelos forcados, os quais apresentaram uma proposta para organização da corrida em causa, tendo o Executivo exposto a situação, ou seja, que já teriam uma contratualização feita.

----- Continuou dizendo que reconheceram a envolvimento que ambas as entidades têm no mundo taurino, mas também tiveram de ser verdadeiros face a todos os constrangimentos que tiveram no ano anterior, até porque, depois, o que foi verbalizado é que não estavam ali enquanto forcados, embora entenda que, havendo uma ligação, acaba por haver sempre alguma vinculação.

----- Referiu, ainda, que foi uma reunião bastante profícua, no sentido de se esclarecer a tomada de posição do Executivo, face aos procedimentos adotados no ano anterior, quer pela Tertúlia, no acompanhamento e na organização de toda a corrida, mas também face a todos os constrangimentos que foram gerados e que, no seu entender, foram



momentos que não enaltecera, de forma absolutamente nenhuma, nem a tauromaquia, nem a Praia da Vitória e, também por isso, a Câmara, ao fazer a contratualização com a Tertúlia, foi sempre de forma a fazer valer que, as orientações e escolhas iniciais, no primeiro ano de Festas da Praia, se mantinham exatamente para os próximos anos e, desse modo, tentaram elevar sempre o que é nosso, acreditando que foi assim que foram tratados todos os elementos contactados para estarem presentes na corrida deste ano, sendo que, só têm de fazer essa validação partindo das indicações que vão chegando de que aquilo foi o comprometimento inicial e que será validado até ao fim. -----

----- Prosseguiu dizendo que já têm indicação de que o Grupo de Forcados Amadores do Ramo Grande não estará presente na corrida e que não aceitaram a proposta feita pela Tertúlia, o que é algo que lamentam, mas, desde o momento em que a Câmara dá a organização da corrida a uma entidade, esta tem a legitimidade para fazer os convites, como o fez, mediante o comprometimento que tinha e fazendo a gestão dos valores que tem para trabalhar, mediante as escolhas que está a fazer para a organização dessa mesma corrida. -----

----- Acrescentou que, mais uma vez, estão numa atitude respeitosa em relação a todas as pessoas com ligação à tauromaquia, com a verdadeira intenção de elevar, mais uma vez, o momento e, infelizmente, não vão, mais uma vez, cumprir e poder ter na corrida das Festas da Praia, tudo o que é nosso. -----

----- O Vereador Berto Messias interveio referindo que não está aqui na qualidade, nem de membro do Grupo de Forcados, nem de fundador do Grupo de Forcados, nem de antigo forçado, mas que está aqui na qualidade de Vereador. -----

----- Prosseguiu dizendo que não sabia que o Grupo de Forcados não pegará este ano, ficando muito triste com este facto, e entende que a senhora Presidente não pode dizer que a corrida do ano passado valorizou tudo o que é nosso, porque isso não é verdade a partir do momento em que os Forcados do Ramo Grande não fazem parte do cartel, considerando tudo o que este Grupo representou, que representa e que, certamente, continuará a representar para a tauromaquia terceirense e açoriana. -----

----- Continuou dizendo que, na sua opinião, caberia à Câmara Municipal “não sacudir a água do capote”, mas ser um elemento e um referencial de estabilidade, de paz, de resolução de problemas, e não o contrário. -----

----- A senhora Presidente esclareceu que existiram várias reuniões com os representantes do Grupo de Forcados, na tentativa de se chegar a uma conciliação, o que não foi possível, mas não por falta de vontade da Câmara Municipal, a qual mostrou total disponibilidade para elevar e valorizar a atividade do Grupo, podendo trazer aqui, a reunião de Câmara, e isso foi dito aos representantes do Grupo de Forcados, um apoio, o qual, tem a certeza absoluta, seria validado pelos senhores Vereadores, no sentido de os poder elevar, mas, mesmo assim e face às imposições, não foi possível chegar a “bom porto”. -----

----- Prosseguiu dizendo que, desde o momento em que há uma entidade a organizar essa corrida, essa entidade tem a legitimidade para propor o valor, e que, o valor proposto para a presença do Grupo de Forcados este ano, era de mil duzentos e cinquenta euros, exatamente o mesmo valor proposto no ano passado, à semelhança dos



outros grupos que estariam a ser convidados, exatamente nos mesmos moldes do ano passado.-----

----- Disse, também, que, o que foi solicitado, por parte do Grupo de Forcados, foi que, só pegariam pelo valor de dois mil e quinhentos euros e, portanto, se a Tertúlia entende, face às contratualizações que está a fazer, ao cartel que já está a ser preparado e às despesas que está a assumir, não conseguir pagar esse valor, na Câmara Municipal, o que entendem é fazer a valorização, trazer a reunião de Câmara uma proposta elevando, exatamente, essa valorização, mas não tendo, absolutamente nada a ver com esta corrida, porque desde o momento em que a Câmara Municipal dá a organização a uma entidade, não podem intervir e, portanto, o apoio que o Executivo propôs, nada teria a ver com a corrida, porque a legitimidade para fazer a escolha sobre estar, ou não, presente, é total do Grupo de Forcados, que não aceita o cachê proposto pela Tertúlia e, assim sendo, a Câmara Municipal não vai trazer aqui nenhum tipo de proposta para pagamento de cachê da corrida, porque não o vão fazer, nem para os Forcados, nem para nenhum outro elemento que possa estar presente na corrida.-----

----- Referiu, ainda, que, como é sabido, há um protocolo que vão cumprir, sendo assim que a lei prevê que as coisas sejam conduzidas e, nesse sentido, a proposta da Câmara foi de se fazer uma proposta, face, até, às conversas que foram tidas, no sentido de proporcionarem outras atividades, no sentido de se iniciar um trabalho junto dos mais novos em relação a esta matéria e, portanto, há vontade da parte da Câmara para elevar os Forcados e poderem justificar um apoio para que possam trabalhar essas mesmas atividades, porque a Câmara não tem, obrigatoriamente, de se sobrepor a qualquer tipo de cachê de uma corrida, sendo que insistência foi sempre em relação ao cachê da corrida e que, face a essa situação, a Câmara, com toda a legitimidade e percebendo que esta matéria também envolve questões legais, não vai propor nenhum tipo de apoio para compensação do cachê da corrida, porque o cachê e a escolha de estar na corrida eram questões à parte e, portanto, não é, de todo, como o Vereador Berto Messias disse, ou seja, que a Câmara não faz, nem tenta fazer, esse reconhecimento, porque isso não é, de todo, verdade, porque, fizeram a aproximação e apresentaram uma solução, da qual queriam fazer parte, para que pudessem chegar a uma melhor apreciação e elevação do momento, mas estes, mais uma vez, entenderam que deveriam ficar de fora. -----

----- Continuou dizendo que, não é por isso que não deu entrada uma proposta, da parte do Grupo de Forcados, e que o Executivo prontamente recebeu e apresentou propostas, porque entendem que a atividade tem de ser dinamizada, mas, obviamente, aquilo que gostariam que acontecesse, face ao que eles efetivamente são, ou seja, forcados, era que os vissemos atuar, porque seria uma atuação na nossa corrida das Festas da Praia. -----

----- Terminou salientando que, a escolha foi feita e o desafio lançado, mediante várias propostas e conversações, com toda a sensibilidade, transparência e respeito, para que não tivessem nenhum tipo de problema, como houve o ano passado, algo que não elevou ninguém.-----

----- O Vereador Berto Messias disse que lamentava muito essa perspetiva, aliás a resposta da senhora Presidente, diz tudo sobre a perspetiva da senhora Presidente da



Câmara quanto ao Grupo de Forcados da casa, sobre o Grupo de Forcados da Praia da Vitória, aos quais se deve o facto da corrida de toiros das Festas da Praia se ter voltado a fazer em dois mil e sete, e que organizou esta corrida, superiormente, durante vários anos, Grupo este que convidou a Tertúlia Tauromáquica Praisense para fazer parte da organização da corrida das Festas da Praia e, Grupo este que tinha, no cachê que recebe na corrida das Festas da Praia, um valor muito importante para as suas responsabilidades financeiras e para o trabalho que desenvolve. -----

----- Prosseguiu dizendo que, quem tem a visão que a senhora Presidente manifestou agora, que é, obviamente, legítima e que é a sua, não percebe, nem nunca perceberá, na vida, o que leva um forcado a vestir uma jaqueta e a saltar para a praça de toiros e que não é para ter apoios da Câmara Municipal, deliberados em reunião de Câmara, ou seja, a senhora Presidente não percebe isso.-----

----- Voltou a dizer que lamenta que, mais uma vez, a Câmara da Praia trate o Grupo de Forcados da casa dessa forma, porque não pode ouvir uma Presidente da Câmara do seu concelho a comparar o Grupo de Forcados da Praia da Vitória, aos outros grupos de forcados e a dizer que tratará todos da mesma forma.-----

----- Disse, ainda, que a senhora Presidente não pode tratar todos os grupos de forcados da mesma forma e que, a senhora é Presidente da Câmara da Praia, um concelho que tem um grupo de forcados que, em pouco mais de dez anos de vida, se afirmou nos palcos da tauromaquia nacionais, que deu um grande contributo para uma nova dinâmica da tauromaquia na Praia da Vitória e que, agora, é tratado levemente, por parte do município da Praia da Vitória, e que a Câmara não consegue resolver esta questão da melhor maneira, na perspetiva dos Vereadores do Partido Socialista.-----

----- Terminou dizendo que, bastava ver o que recebe o Grupo de Forcados de Angra durante a feira das Sanjoaninas, comparado com os outros grupos de forcados que lá vão, numa opção legítima e correta da organização da feira das Sanjoaninas, concluindo que a senhora Presidente fará o que entender, mas lamenta profundamente essa sua opção.- -----

----- A senhora Presidente perguntou ao Vereador Berto Messias, porque as informações que tem poderão ser diferentes daquelas que o Vereador Berto Messias tem, qual o valor que a organização das festas de Angra propõe aos forcados, e perguntou, ainda, quando é que disse que tratava todos por igual, sendo que, o que disse foi que, o valor que teria sido proposto pela Tertúlia aos forcados, era exatamente o mesmo do ano passado e que, como o Vereador Berto Messias bem disse, a entidade organizadora não é o Município, mas sim a Tertúlia, sendo que, a proposta da Câmara para elevar os forcados, se mantém, não tendo vinculação ao cachê da corrida, até porque são dois momentos diferenciados, designadamente, a presença na corrida, e a possibilidade de apresentarem novas dinâmicas, e foram eles que referenciaram tudo isso.-----

----- Referiu, também, que, uma vez que foi criada a União Tauromáquica do Ramo Grande, será exatamente para dinamizarem algo em função da tauromaquia, questionando se o Vereador Berto Messias acha que, da parte da Câmara, está haver uma desvalorização quando a Câmara faz uma aproximação para que façam a ponderação e, com legitimidade, façam a escolha, mas que pensem o quanto é



importante para a Câmara, e para o Grupo de Forcados, a presença na corrida das Festas da Praia, e quando a Câmara faz uma aproximação direta e pede para conversar, para sensibilizar e verem os lados todos. -----

----- Continuou dizendo que, o Vereador Berto Messias diz que os forcados organizaram corridas e contribuíram para a organização das corridas, mas, quando se vai ver, a entidade que tinha vinculação era a Tertúlia, quem tinha o número de contribuinte e estava devidamente constituída, era a Tertúlia. -----

----- Referiu, também, que, o ano passado, o que a Câmara propôs, tendo conhecimento de toda esta situação, foi que, da mesma forma e à semelhança de todos os outros anos, em conjunto e sem verem quem teria registos e quem não teria registos, que pudessem trabalhar em simultâneo, sendo que isso não foi possível e assim sendo, a Câmara não pode obrigar as pessoas a entenderem-se e a trabalharem em função do que, efetivamente, é necessário, que é elevar e mostrar o quanto valorizam a tauromaquia. ---

----- Concluiu referindo que, no seu entender, os procedimentos adotados não foram os mais corretos e que, da sua parte, nunca, em momento algum, a ouviram dizer que não respeitava os Forcados do Ramo Grande e que teriam tido todo o gosto em poder tê-los o ano passado, como inicialmente foi proposto e exatamente como este ano e, portanto, foi algo que foi logo posto em cima da mesa e é para a Câmara elevar aquilo que é nosso. -----

----- O Vereador Berto Messias disse que a resposta da senhora Presidente fica registada em ata e diz tudo aquilo que a senhora Presidente acha, e que disse, de facto, que iria tratar o Grupo da Praia como os outros grupos de forcados, o que, na sua perspetiva, está mal. -----

----- Referiu, ainda, que a senhora Presidente não devia tentar reescrever a história e transmitir aqui, aquilo que, enviesadamente, lhe transmitiram e que, apesar de não gostar de falar da sua experiência pessoal, porque está aqui enquanto Vereador, mas esteve, durante largos anos, na organização da corrida de toiros das Festas da Praia, desde dois mil e sete e por muitos anos a seguir e, portanto, o que a senhora Presidente diz sobre o número de contribuinte e sobre quem estava vinculado, é uma questão formal e fiscal, de quem tinha personalidade jurídica na altura, apenas e só, pelo que não tente confundir aquilo que é, na sua perspetiva, inconfundível. -----

----- Reafirmou lamentar muito que seja essa a perspetiva e, mais uma vez, o Grupo de Forcados Amadores do Ramo Grande não pegue na sua corrida, na sua casa, e nas suas festas, e isso acontece, em grande medida, por falta de capacidade da Câmara para gerir esse diferendo, o que, no seu entender, é muito errado e que todos perdem com isso, quer o Grupo de Forcados, quer a Câmara, a senhora Presidente, a Cooperativa, a Tertúlia e toda a gente. -----

----- Seguidamente, o Vereador Berto Messias, relativamente às questões que vieram a público, também pela voz da senhora Presidente, sobre as obras no âmbito do protocolo que está feito com o Fundo Ambiental, através do que foi deliberado no Orçamento de Estado para um conjunto de obras no concelho da Praia da Vitória e considerando o facto de a senhora Presidente ter dito que já tinha pedido, ao Ministério do Ambiente, uma reunião, que o Ministério do Ambiente veio dizer que já tinha



respondido por escrito e que, agora, parece que já marcou a reunião, perguntou qual é a perspectiva, e em que é que a senhora Presidente e a Câmara se baseiam para não se poder avançar com os procedimentos para os investimentos que estão definidos e, no caso de dois mil e vinte e três, de cerca de dois milhões trezentos e cinquenta mil euros, questionando, em suma, qual a interpretação da Câmara e porque é que já não avançou com estes procedimentos. -----

----- Quanto a esta questão, a senhora Presidente respondeu que, em consequência da tomada de posição pública da Câmara, em relação a esta matéria, foi com grande agrado que, no dia seguinte, receberam a indicação do Ministério do Ambiente, de que teria a disponibilidade para receber a Câmara da Praia, para poder tirar dúvidas e apresentar as propostas a esse Ministério, porque, no mês de maio fazia, efetivamente, um ano que tinham entrado em contacto com mesmo, através de ofício e que foram feitos variados contactos com o gabinete e que nunca surtiram efeito, apesar de saberem que houve aqui fragilidades pelo meio, com eleições e constituição de novos gabinetes, mas não foi por isso que a Câmara não tentou fazer a sua parte. -----

----- Continuou dizendo que, como a Câmara tornou público, existe aqui uma preocupação e, por isso, necessitam de reunir com o Ministério do Ambiente, para poderem tratar esta situação essencial para o Município, por ser uma matéria de extrema importância para este concelho, como certamente concordam. -----

----- Referiu, também, ser certo que, em setembro de dois mil e vinte e um, foi assinado um protocolo entre a Câmara Municipal e o Fundo Ambiental e, neste caso, há uma imposição legal que não permite ao Município transferir dinheiro para a Praia Ambiente, para efetivação desta obra, sendo, unicamente, isso, que a Câmara trouxe a público, sendo essa a necessidade que têm, de propor, primeiro, um aditamento, sabendo-se que em anos anteriores já existiram aditamentos a protocolos existentes. -----

----- Prosseguiu dizendo que, se entenderem que é preferível uma contratualização nos mesmos moldes, podendo fazer seguir todos estes projetos, não pondo em risco o avançar dos trabalhos, porque é essencial que estes avancem, a Câmara também estará nessa disposição, mas foi surpreendente, para o Executivo, perceber que, quase no final de setembro de dois mil e vinte e um, assinam um protocolo sabendo que não podem fazer a transferência, se é que consideraram o que a lei diz, designadamente, no número 1, do artigo 36.º, da Lei n.º 50/2012, que a câmara não pode conceder às empresas locais, quaisquer formas de subsídios ao investimento, ou suplemento a participações de capital e, portanto, a lei diz isso, mas mesmo assim assinaram o protocolo com o Município, que sabe que não tem forma de efetivar aquilo com que se compromete, sem que seja a empresa municipal que tem essa responsabilidade, a fazê-lo e, assim sendo, é unicamente esta a abordagem que têm para fazer ao Ministério do Ambiente, que entendem ser de muito simples resolução, desde que haja abertura para interpretação do que aqui está, e que não é propriamente dizer que é um ato administrativo que resolve a situação, porque não é, pois seria um ato administrativo leviano, se fizessem uma coisa sabendo que não o podem fazer. -----

----- Face a essa situação, referiu que querem ter, unicamente, um momento para conversarem sobre esta situação e tomarem a melhor posição em relação há



possibilidade de um aditamento, ou uma nova contratualização, que não ponha em risco o que estava perspectivado. -----

----- Referiu, ainda, que, no dia seguinte às suas declarações, entraram, efetivamente, em contacto com a Câmara e apresentaram a possibilidade de duas datas para reunirem, e que já está agendado para o dia vinte e quatro deste mês, pelo que, em breve poderá dizer o desfecho, mediante as propostas, do que será conversado nesta reunião, que entendem que será, certamente, profícua e que, a matéria que está em causa, obriga a Câmara a ter que propor uma solução, pelo que levam a solução, mas é preciso que, da parte do Ministério do Ambiente, reconheçam a grande importância de resolver esta situação. -----

----- Esclareceu que não foi de ânimo leve que tomaram a posição de tornar tudo isto público, mas, porém, passado um ano sem terem uma única resposta e com o tempo a passar, com a noção de que podem estar a comprometer esta obra se não tomarem as rédeas disto, não podiam deixar de o fazer. -----

----- Referiu, ainda, que têm os vários comprovativos dos e-mails que foram enviados, dos vários contatos telefónicos que foram feitos pelo gabinete da Presidência e o gabinete do Ministério do Ambiente, sendo que, nesse sentido, só obtiveram resposta após essa tomada de posição. -----

----- Terminou dizendo que acredita que nem sempre é a melhor posição, mas muitas vezes é por aí que passa a solução. -----

----- O Vereador Berto Messias disse que, quem assinou este contrato, em setembro de dois mil e vinte e um, fez muito bem e que a senhora Presidente faria o mesmo, e assina este contrato porque é uma norma do Orçamento de Estado, a qual, para ter efetividade de aplicação, tem de ser protocolada com o Município, acontecendo o mesmo com os contratos ARAAL da Região, pelo que teria de ser assim e não haveria outra forma. -----

----- Prosseguiu dizendo que, essa dúvida, que é, obviamente, legítima, não impediria que estes procedimentos estivessem já em curso, porque, isso sim, pode pôr em causa a capacidade de executar a obra, até porque, quanto à referência que a senhora Presidente faz à legislação, na questão jurídica, há, obviamente, várias interpretações, e também percebe que um contacto com o Ministério do Ambiente, ou com o fundo Ambiental, seja mais seguro, mas quase que sabe o que vão dizer, ou seja, que isso tem que ver com fundos municipais e não com fundos recebidos por via do Orçamento de Estado para obras concretas, naquela que é a sua interpretação e na de algumas pessoas com quem teve a oportunidade de falar, depois de receber o documento que, gentilmente, lhe foi remetido, pela senhora Chefe de Gabinete, depois de o ter solicitado e, portanto, a assinatura do contrato tem a ver com isso, ou seja, isto é uma norma do Orçamento de Estado e tinha que ser assim, não havendo outra forma. -----

----- Quanto à definição da entidade gestora, aquilo que teria de ser feito, disse que, pois então, a senhora Presidente falará com o Ministério do Ambiente e deseja que tudo corra bem e espera que isto se resolva rapidamente, de forma a que seja possível aplicar, já em dois mil e vinte e três, estes dois milhões e trezentos mil euros, porque essa referência à lei tem que ver com aquilo que são fundos municipais, o que não é o caso, mas, no entanto, os especialistas juristas dirão a melhor forma de resolução. -----



----- Concluiu referindo que, independentemente do que vier a ser resolvido no dia vinte e quatro, estes procedimentos já poderiam estar em curso, porque se assim não for, existe o risco de, até ao final de dois mil e vinte e três, isto não ser, de facto, executado. -

----- A senhora Presidente disse que já têm, de investimento, um valor global aproximado de oitenta mil euros, na elaboração do projeto, e também, numa pequena revisão que já foi feita ao projeto, sendo despesa que está a ser feita e, sem terem a segurança sobre se devem avançar, por falta de clareza nesta situação, podia ser muito mau para o Município, assumir essa despesa e, assim sendo, necessitam esclarecer esta situação e, por isso mesmo, fizeram uma abordagem na tentativa de, numa conversa muito formal, se pudesse chegar a bom porto e tirar ilações sobre o que ambas as partes poderiam fazer e, se houver erros da parte do município, não teriam problema em assumi-los mas, o que não podiam fazer, era tratar a situação de forma leviana, sabendo a fragilidade financeira e os problemas de tesouraria que têm, e que a própria Praia Ambiente também tem, pelo que não podem sufocar uma empresa municipal, mediante a despesa que se propunha fazer e, depois, ficarem barrados, no sentido efetivo, de poderem fazer estas transferências.-----

----- Concluiu dizendo acreditar que vão chegar a acordo e tratar da situação o mais brevemente possível, e que poderão, até, não trazer uma contratualização no próprio dia vinte e quatro, mas acredita que, considerando a forma como o Executivo está disposto a apresentar a situação, levará a compreenderem o nosso lado, e acredita que, de uma forma simples, conseguirão resolver esta situação.-----

----- De seguida, o Vereador Marco Martins interveio dizendo que, a nível da gestão da rede de creches e atl's, tiveram nota que, a creche das Lajes, estará, novamente, sem educadora e que terá funcionado, ou que ainda funciona, com apenas duas auxiliares, o que, querendo acreditar que não será o caso, pergunta se, de facto, foi assim e, confirmando-se, qual a razão para isso.-----

----- Relativamente à creche da vila das Lajes, a senhora Presidente respondeu que, conforme é do conhecimento dos senhores Vereadores, têm feito uma articulação, bastante próxima, com a Vice-Presidência e com a Santa Casa da Misericórdia, no sentido de poderem ter um auxílio, bem como uma possível transição na gestão desta atividade, uma vez que, face a toda a fragilidade do Município, era importante irem fazendo uma gestão diferenciada, ou libertarem-se desta gestão, estando, unicamente, associados a uma entidade com essa capacidade.-----

----- Prosseguiu dizendo que, sempre comunicou que, a primeira entidade que abordaram, foi a Santa Casa da Misericórdia, a qual prontamente se disponibilizou para auxiliar o Município e ser a melhor parceira nesta situação e, nesse sentido, foram elaboradas propostas para apresentar à Vice-Presidência e tiveram várias reuniões com a vogal do Instituto da Segurança Social, a Dr.ª Tânia Fonseca, sendo que, esta situação da creche, foi apresentada aos pais como uma situação transitória, uma vez que a educadora que estava a assegurar estes serviços entendeu aderir à proposta de mútuo acordo e que, face a essa situação, disse que, dando conhecimento ao ISSA – Instituto da Segurança Social dos Açores – o Município vinculou à creche, a educadora que tem interna, à Câmara, para que pudesse prestar o máximo de apoio à creche.-----



----- Em termos de funcionárias, referiu que não tem indicação de duas, mas sim de três funcionárias, com uma possibilidade de rotação e, em relação aos outros atl's, disse que também têm tido algumas baixas, pelo que tem sido feita uma rotação com as funcionárias para poder assegurar, ao máximo, estes serviços. -----

----- Referiu, também, que sabe o quanto tem sido difícil para estas funcionárias, sendo que algumas tiveram que alterar férias, porque, entretanto, algumas estariam de férias e tiveram que as alterar para que pudessem render e assegurar, ao máximo, esses serviços. -----

----- Disse, ainda, que a senhora Vereadora tem estado sempre em contacto com os pais, os quais têm conhecimento das reuniões que tiveram com o ISSA e, neste sentido, tudo está encaminhado para que este seja, unicamente, um momento de transição, que vão acompanhar para que se possa, então, efetivar a contratualização entre, neste caso, o Instituto da Segurança Social, a Santa Casa da Misericórdia e a Câmara Municipal como parceira. -----

----- O Vereador Marco Martins referiu que este assunto foi falado aqui, em sede de reunião de Câmara, algumas vezes, e a verdade é que já foram levantados alguns problemas por pais encarregados de educação, em São Brás e que, nas Lajes, não é a primeira vez, e a verdade é que, a gestão da rede de creches e atl's, desde o início do ano letivo, é extremamente deficitária e temos de olhar para as crianças com grande atenção, sendo preciso um projeto educativo sólido, onde os referenciados e, neste caso, o corpo técnico, é bastante importante. -----

----- Prosseguiu dizendo que, nas Lajes, começa um ano letivo sem educadora, a páginas tantas, tem uma educadora, sai esta educadora e, daqui a alguns tempos, vão ter outra educadora, ora, isto vai contra todos os manuais socioeducativos que existem. -----

----- Continuou lembrando que, as Lajes têm uma sala de bebés, ou seja, que é uma creche completa, também com uma sala de bebés, de um e de dois anos de idade e que, acontecendo e confirmando-se, mesmo que seja transitoriamente, que tem apenas duas auxiliares, isso não pode acontecer, e que, com três, já é complicado e, pelas informações que têm, é que a educadora tem outras funções, ou seja, está também adstrita a outras valências, e que, presencialmente, está pouco tempo naquele espaço. ----

----- Salientou que, uma coisa que não podem aceitar, de maneira nenhum, é que, no concelho, hajam valências de primeira e valências de segunda, e o que pedem e exigem e, mais do que os Vereadores, podem e devem exigir os pais, é que, até ao processo estar concluído, com a eventual passagem para a Santa Casa da Misericórdia, que, conforme também já falaram aqui, é uma instituição com experiência, que dá garantias, que é uma opção política do Executivo e que, sem terem os dados concretos, não podem, obviamente, estar aqui com grandes opiniões, mas solicitavam que o processo fosse o mais robusto, e tecnicamente alicerçado, na melhor forma possível e que, para isso, era preciso um corpo técnico consistente, regular, tanto em termos qualitativos, como em termos quantitativos, e não é isso que acontece. -----

----- Referiu, também, que, não basta que o discurso seja, que há reuniões com os pais, que a senhora vereadora tem acompanhado, que a rede de creches e atl's é algo a que este Executivo dá muito valor, porque se, em termos teóricos está correto, mas a



prática diz exatamente o contrário, pois são mais os meses, e as semanas, em que ouvem a contestação e a insatisfação dos pais, do que aquelas em que não há nada.-----

----- Continuou dizendo que, por exemplo, já propuseram aqui, a criação de uma bolsa de técnicos devidamente habilitados para, nos casos de alguma baixa, ou de outro tipo de impedimento, alguém estar imediatamente disponível para poder colmatar esta lacuna.-----

----- Disse, ainda, que o processo de rescisões por mútuo acordo podia ter salvaguardado, porque nem todas as situações são iguais, nem todos os departamentos são iguais e, obviamente, poderia haver aqui uma norma excecional para este *dossier* e para outros, e que há quem defenda, e bem, que, tratar tudo por igual, como a senhora Presidente disse, por exemplo, na última Assembleia Municipal dos colaboradores da Cooperativa, é que é a maior desigualdade que existe, ou seja, que se deve tratar por igual, o que é igual e, de forma desigual, o que é desigual.-----

----- Terminou dizendo que, é mais um momento que o entristece, em termos pessoais, e aos Vereadores do Partido Socialista, por verem, mais uma vez, que uma matéria tão sensível, como a gestão da rede de creches e atl's, em que se está a lidar com crianças com necessidades, obviamente, bastante específicas, em que todo o cuidado é pouco, quando se lida com crianças, e estão a falar dos serviços mínimos, sendo que, muitas vezes, parece que nem os serviços mínimos são assegurados.-----

----- Assim sendo, disse que, mais uma vez, deixava o repto, apesar de respeitarem as conversações e o processo com a Santa Casa, que é uma decisão do Executivo, mas que, até ao último dia, essas crianças tenham as melhores condições possíveis e um corpo técnico adequado, e que o mesmo se estende aos atl's que têm uma gestão direta pela Câmara Municipal.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- A Câmara tomou conhecimento dos seguintes documentos:-----

----- Listagem de licenciamentos de obras particulares devidamente concluídos, a qual faz parte integrante desta ata.-----

----- (01/11) JUSTIFICAÇÃO DE FALTA E PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DA VEREADORA ISMÉNIA CARVALHO LANDEIRO ALVES:-----

----- Email datado de 12 de maio corrente, de Isménia Carvalho Landeiro Alves, comunicando que, nos termos do disposto no nº 1 e 2 do artigo 78º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, não pode estar presente na reunião do dia 17 de maio de 2023, pelo que solicita a sua substituição, conforme determina o nº 1 daquele preceito legal, em conjugação com o disposto no artigo 79º, pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista.-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----



----- (02/11) JUSTIFICAÇÃO DE FALTA E PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DA VEREADORA PAULA CRISTINA BORGES DE SOUSA: -----

----- Requerimento datado de 10 de maio em curso, de Paula Cristina Borges de Sousa, comunicando que, nos termos do disposto no n.º 1 e 2 do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, não pode estar presente na reunião do dia 17 de maio de 2023, pelo que será substituída, conforme determina o n.º 1 daquele preceito legal, em conjugação com o disposto no artigo 79.º, pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista. -

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- (03/11) PROPOSTA – AUTORIZAÇÃO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO RESERVADO NA RUA DA GRAÇA, FREGUESIA DE SANTA CRUZ, DESTA CONCELHO – MAR & BOR - INVESTIMENTOS E TURISMO LDA.:-----

----- Proposta n.º 1126/2023, datada de 4 de maio corrente, da Vereadora com competência delegada, Dr.ª Otília Martins, do seguinte teor: -----

----- “Considerando que de acordo com o n.º1 do artigo 7.º, do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado na Cidade da Praia da Vitória, a Câmara Municipal poderá atribuir, em alguns casos, locais reservados na área a que refere o artigo 1.º do já citado regulamento; que ficarão sujeitos ao pagamento da tarifa; -----

----- Considerando que o número de lugares a atribuir a locais reservados não pode exceder os 10% do número total de lugares existentes nas correspondentes zonas tarifadas para cumprimento do disposto no n.º2 do artigo 7.º do referido regulamento; -----

----- Considerando que o requerimento, anexo à presente proposta, obedece ao modelo previsto na Lei e que a Chefe de Divisão Madaíl emite parecer no sentido de que o pedido em apreciação está em condições de ser deferido por não ser ultrapassada, até à data, a cota de 10% do estacionamento total da zona em questão; propõe-se que esta Câmara Municipal delibere aprovar o pedido efetuado. -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em apreço. -----

----- (04/11) PROPOSTA – AUTORIZAÇÃO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO RESERVADO NA RUA SERPA PINTO, FREGUESIA DE SANTA CRUZ, DESTA CONCELHO – [REDACTED]: -----

----- Proposta n.º 1236/2023, datada de 11 de maio em curso, da Vereadora com competência delegada, Dr.ª Otília Martins, do seguinte teor: -----

----- “Considerando que de acordo com o n.º1 do artigo 7.º, do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado na Cidade da Praia da Vitória, a Câmara Municipal poderá atribuir, em alguns casos, locais reservados na área a que refere o artigo 1.º do já citado regulamento; que ficarão sujeitos ao pagamento da tarifa; -----

----- Considerando que o número de lugares a atribuir a locais reservados não pode exceder os 10% do número total de lugares existentes nas correspondentes zonas tarifadas para cumprimento do disposto no n.º2 do artigo 7.º do referido regulamento; -----



----- Considerando que o requerimento, anexo à presente proposta, obedece ao modelo previsto na Lei e que a Chefe de Divisão Madaíl emite parecer no sentido de que o pedido em apreciação está em condições de ser deferido por não ser ultrapassada, até à data, a cota de 10% do estacionamento total da zona em questão; propõe-se que esta Câmara Municipal delibere aprovar o pedido efetuado.”-----

----- **A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em causa.** -----

----- Todos os documentos relacionados com os pontos da ordem do dia, encontram-se no edifício da Câmara Municipal da Praia da Vitória, sito na Rua do Cruzeiro, à disposição para as consultas tidas por convenientes. -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA:** A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a ata em causa, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **ENCERRAMENTO:** Não havendo outros assuntos a tratar, nesta reunião, a Exma. Presidente declarou encerrada a ordem de trabalhos eram quinze horas e quarenta minutos, pelo que de tudo para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Exm.ª Senhora Presidente e pela Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica. -----

Ass: _____

Ass: _____